

A COMPREENSÃO DO DIÁLOGO IGUALITÁRIO ATRAVÉS DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA¹

Vanessa Gabassa²

Luana Mendes de Oliveira³

Pôster

GT - Diálogos Abertos sobre a Educação Básica

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa bibliográfica proposta como trabalho de iniciação científica (PIBIC/CNPq) e em andamento (2012/2013). Trata-se de uma pesquisa sobre a aprendizagem dialógica, e o aprofundamento do estudo na compreensão de seu primeiro princípio: o diálogo igualitário, através da teoria da ação comunicativa, elaborada por Jürgen Habermas. O conceito de aprendizagem dialógica foi desenvolvido pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA), da Universidade de Barcelona. Desse modo, Mello, Braga e Gabassa (2012) reportam que a aprendizagem dialógica é um conceito que visa a maneira de conceber a aprendizagem e as interações, buscando a igualdade educativa e social. É composta de sete princípios que permitem descrevê-la: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental da aprendizagem, criação de sentido, solidariedade e igualdade de diferença e, juntos, pressupõem a organização das instituições e dos processos educativos. Segundo Mello, Braga e Gabassa (ibid., p.44) no diálogo igualitário “o poder está na argumentação que faz o sujeito, e não nas posições que os falantes ocupam na sociedade”, nesse sentido, Habermas, ao abordar o agir comunicativo defende que os participantes numa interação se põem em consenso pela pretensão de validade dos argumentos, ou seja, pela verdade, retitude e veracidade dos participantes uns com os outros, e a partir daí se dispõem a dialogar, para chegar ao entendimento sobre a problemática posta em questão. Nessa direção, Habermas (1987) afirma que a comunicação não é ‘conversação’, mas ação comunicativa, porque é linguagem e ação. Desse modo, o princípio do diálogo igualitário confere à atividade educativa uma nova maneira de estabelecer-se: o que vale a partir deste modelo é a força que cada argumento tem e não o poder que a pessoa que o apresenta ocupa. Compreendemos assim, que todas as pessoas podem ensinar e aprender, e construir suas interpretações a partir dos argumentos dos participantes ou falantes. Em nossa pesquisa procuramos um aprofundamento teórico que possa evidenciar e sistematizar caminhos possíveis e viáveis para a prática educativa escolar, com a pretensão de evidenciar as contribuições de Habermas por meio do princípio do diálogo igualitário.

Palavras-chave: Aprendizagem dialógica. Diálogo igualitário. Ação comunicativa.

¹ Texto produzido para o V Encontro Estadual de Didática e Práticas de Ensino – Didática e Formação de Professores: a qualidade da educação em debate.

² Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás
(nessagabassa@yahoo.com.br)

³ Discente do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás
(luanamendes18@hotmail.com)

Introdução

De acordo com Mello, Braga e Gabassa (2010), o conceito de aprendizagem dialógica foi desenvolvido pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA), da Universidade de Barcelona. Os estudos sobre aprendizagem dialógica são baseados em dois teóricos: Jürgen Habermas e Paulo Freire.

Segundo as autoras, a aprendizagem dialógica é um conceito que evidencia a maneira de conceber a aprendizagem e as interações, buscando a igualdade educativa e social. É composta de sete princípios que permitem descrevê-la: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade e igualdade de diferenças. Em nossa pesquisa, buscamos compreender um dos princípios que compõe esse conceito, o *diálogo igualitário*, na tentativa de evidenciar as contribuições da Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas, para a constituição deste princípio, destacando seus aspectos teóricos e as possibilidades educativas.

O **diálogo igualitário** é o primeiro princípio da aprendizagem dialógica, e indica que “o poder está na argumentação que faz o sujeito, e não nas posições que os falantes ocupam na sociedade” (MELLO, BRAGA, GABASSA, 2012, p.44). Isso quer dizer que, em uma situação de diálogo, o que importa são os argumentos apresentados e não as pessoas (ou lugar que ocupam as pessoas) que o apresentam. O diálogo está pautado nas interações entre diferentes pessoas e na consideração de que cada uma delas, através de suas experiências, vivências e conhecimentos, pode contribuir na discussão ou condução de determinado assunto ou tema.

De acordo com Fecha (1997), no diálogo igualitário aprendem alunos e professores, e todas as pessoas constroem suas interpretações com base nos argumentos apontados. E desse modo, o sujeito é valorizado pelas suas experiências, e não pela sua posição (poder) que ocupa na sociedade, na escola, no bairro etc. O princípio do diálogo igualitário foi composto, principalmente, dos conceitos de *diálogo* e *palavra verdadeira*, de Freire, bem como de *ação comunicativa*, de Habermas. (MELLO, BRAGA, GABASSA, 2012, p.45).

Na perspectiva freireana, dizer a palavra verdadeira é transformar o mundo, e dizer a palavra é direito de todas as pessoas. Para Habermas (1987), a comunicação não é apenas conversação, mas uma ação comunicativa, ou seja, numa interação os participantes se põem em acordo sobre a validade das suas manifestações e argumentos e a partir daí se dispõem a dialogar, para chegar ao entendimento sobre uma problemática em questão.

Ambos os autores contribuem diretamente para a compreensão do princípio do diálogo igualitário. Ao pensarmos na escola, por exemplo, é possível destacar um exemplo

para evidenciarmos a diferença entre as relações de poder e as relações dialógicas, pautadas no diálogo igualitário:

As relações entre professores (as) e familiares são de poder quando aqueles planejam o processo de ensino e aprendizagem sem ao menos oferecer abertura de participação aos familiares e a outras pessoas participantes. São relações dialógicas quando ocorre o processo inverso, considerando as contribuições e auxílio dos (as) mesmos (as) em função do impacto que possuem na melhoria da aprendizagem de todas as crianças e da educação (MELLO, BRAGA E GABASSA, 2010, p. 61).

Nesse processo de relações entre professores e familiares, escola e comunidade e sociedade em geral é desejável que se estabeleçam interações participativas para que todas as pessoas possam contribuir para a aprendizagem das crianças, para a melhoria do bairro, para as mudanças da cidade etc. O diálogo igualitário é um princípio que potencializa essa participação e interação.

Trata-se de uma oportunidade de vivenciarmos relações e processos menos estratégicos e mais transparentes, que guiem nossa ação no mundo. Com relação a isso, Mello, Braga e Gabassa (ibid.) afirmam que:

[...] o princípio de diálogo igualitário implica tomada de posição no mundo, recusando os lugares de privilégio, bem como a valorização das falas com base nos lugares ocupados pelos sujeitos que as pronunciam [...]. O diálogo igualitário implica sujeitos em diálogo que, ao pronunciarem o mundo, se comprometam com sua transformação.

Dessa forma, o diálogo igualitário depende da compreensão de que todas as pessoas possuem diferentes inteligências e, portanto, são capazes de compreender a realidade à sua volta e nela atuar. O diálogo igualitário pressupõe a crença em uma capacidade universal dos sujeitos: a de dizer o mundo; de criá-lo, recriá-lo e compartilhá-lo por meio da linguagem (Mello, Braga, Gabassa, 2012, p. 48). Assim, é preciso entender que o diálogo também é conflito, a partir do qual todas as pessoas podem usar de argumentos para apresentar suas ideias e estabelecer consensos sobre a problemática posta em questão.

As contribuições da Teoria da Ação Comunicativa

A teoria da ação comunicativa ou agir comunicativo foi elaborada por Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão que se dedicou à pesquisas sobre a racionalidade comunicativa. Para Habermas (1987), a comunicação não é apenas conversação, mas linguagem e ação, ou seja, é uma ação comunicativa. Assim, a comunicação é fundamental para entender a razão e também a relação entre indivíduo e sociedade.

Habermas (ibid.), em suas pesquisas, pressupõe que há três tipos diferentes de mundo na realidade de cada sujeito: o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo. Assim, Gabassa (2009, p. 23) enfatiza que

O primeiro diz respeito à existência de todas as coisas materiais que são comuns a todos os sujeitos da sociedade. O segundo faz referência a um conjunto de normas e valores compartilhados e legitimados pelas pessoas; e o terceiro representa todas as vivências e experiências individuais e às quais cada pessoa tem acesso privilegiado.

Nessa direção, Gabassa (ibid.) destaca que o conjunto desses três mundos compõem aquilo que Habermas (ibid.) denomina *mundo da vida*:

De acordo com as elaborações de Habermas (ibid.), a co-existência desses três mundos para cada indivíduo constitui aquilo que o teórico denomina como mundo da vida. Este é o mundo que serve como pano de fundo para toda e qualquer ação comunicativa, pois “*ao atuarem comunicativamente, os sujeitos se entendem sempre no horizonte de um mundo da vida*” (HABERMAS, 1987, p. 104, apud GABASSA, 2009, p.23).

Nesse sentido, as pessoas criam e usam a racionalidade para se comunicar, seja para resolver questões cotidianas como para tomar decisões mais amplas. Essa racionalidade, que Habermas (ibid.) denominou *racionalidade comunicativa* apresenta pretensões de validade, ou seja, aponta três pressupostos a partir dos quais os argumentos de cada sujeito deve apoiar-se: **verdade, retitude e veracidade.**

De acordo com Gabassa (2009), a **verdade** consiste na relação da emissão de um falante com o mundo objetivo, assim, a fala precisa ser verdadeira para este mundo. A **retitude** estabelece relação entre falante e o mundo social em que vive. A **veracidade**, enfim, trata-se da necessidade de manifestações de vivências que representem o pensamento do falante, ou seja, o falante diz o que pensa e sente.

A partir desses pressupostos, Habermas (ibid, p.148) apresenta a ideia de entendimento e de consenso, pois a partir das pretensões de validade é possível estabelecer-se um comum acordo entre os participantes de um diálogo. Assim, na argumentação é possível perceber a racionalidade ou sentir falta dela nos participantes, como destaca Gabassa (2009, p. 25):

Participar de uma argumentação de forma racional é mostrar-se aberto aos argumentos que se apresentam a favor ou contra o que está em questão, reconhecendo a força dessas razões e, também por argumentos, poder replicá-las. Isso envolve um agir racional, na medida em que a interlocução está aberta a críticas.

Desse modo, o entendimento é um mecanismo de ação que funciona com as interações dos participantes, visando à validade dos argumentos destes. Na ação comunicativa é possível que as pessoas, ao dialogarem, busquem entendimento e soluções para uma determinada questão, buscando acordo para superação da problemática.

De acordo com Habermas (1987), as pretensões de validade devem estar pautadas em valores universais, pois cada pessoa pode compartilhar seus valores na ação comunicativa. Portanto, a escolha de bons argumentos possibilita melhor entendimento, tornando possível construir uma situação ideal de fala.

Na perspectiva habermasiana há quatro tipos diferentes de ação presentes no mundo: *ação teleológica*, *ação regulada por normas*, *ação dramatúrgica* e *ação comunicativa*.

Como explica Gabassa (2012), na *ação teleológica* os falantes se orientam pelo seu próprio êxito, portanto a linguagem é um meio para influenciar as pessoas, com o fim de retirar os oponentes, para atingir seus propósitos. A *ação normativa* ou regulada por normas utiliza a linguagem para transmissão de valores culturais, e a *ação dramatúrgica* estabelece a linguagem para a autoencenação, utilizando-se das pessoas como “público”. Já na *ação comunicativa* ou agir comunicativo:

a linguagem é tomada como meio de entendimento e estabelecimento de consensos provisórios sobre as ações a desenvolver, e é isto que permite a transformação interna dos sujeitos e do mundo objetivo e do mundo social onde se encontram. (MELLO, BRAGA e GABASSA, 2012, p. 59)

A *ação comunicativa* coordena-se pela racionalidade comunicativa e, por isso, prevê um diálogo que se pauta em pretensões de validade e que tem a intenção de gerar uma ação direta na realidade, guiada pelo estabelecimento de consensos.

Resultados e Conclusões

Em nossa pesquisa procuramos um aprofundamento teórico que pudesse evidenciar e sistematizar caminhos possíveis e viáveis para a prática educativa escolar, com a pretensão de apontar as contribuições de Habermas na elaboração do princípio do diálogo igualitário.

Compreendemos que a formulação de Habermas sobre o agir comunicativo é central na formulação do princípio do diálogo igualitário, especialmente no que diz respeito à prática da argumentação e ao estabelecimento de consensos. O “poder dos argumentos” apresentado no princípio do diálogo igualitário evidencia-se na proposição de Habermas quanto às pretensões de validade como orientadoras da fala, e o estabelecimento de consensos também

se destaca como contribuição deste autor, na compreensão de que o diálogo deve gerar uma ação coletiva no mundo.

Compreendemos, desse modo, que o princípio do diálogo igualitário confere à atividade educativa uma nova maneira de estabelecer-se: o que vale a partir deste modelo é a força que cada argumento tem e não o poder que a pessoa que o apresenta ocupa. Essa perspectiva abre a possibilidade para que haja a participação efetiva de todos os envolvidos no diálogo e no processo pedagógico, seja para se pensar a escola, a aula, a melhoria da aprendizagem ou outros fatores que o coletivo julgar necessários.

REFERÊNCIAS

AUBERT ET AL (Flécha, A; García, C; Flécha, R; Racionero, S.). **Aprendizagem Dialógica na Sociedade da informação**. Barcelona: Hipatia Editorial, 2008.

FLECHA, R. **Compartiendo Palabras**. El aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo. Barcelona: Editora Paidós, 1997.

GABASSA, V. **Comunidades de aprendizagem: a construção da dialogicidade na sala de aula**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 2009, p. 21-59.

HABERMAS, J. **Teoría de La acción comunicativa I**. Racionalidad de la acción y racionalización social. Buenos Aires: Taurus, 1987.

MELLO, Roseli Rodrigues, BRAGA, Fabiana Marini, GABASSA, Vanessa. **Aprendizagem dialógica: ações e reflexões de uma prática educativa de êxito para todos (as)**. São Carlos/SP: EdufSCar, 2010.

MELLO, Roseli Rodrigues, BRAGA, Fabiana Marini, GABASSA, Vanessa. **Comunidades de aprendizagem: outra escola é possível**. São Carlos/SP: EdufSCar, 2012, p.43-78.